

MULHERES, GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL DIANTE DE DESASTRES CLIMÁTICOS: O CASO DO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

Michel Pegoraro Simão¹

Luiza Araújo²

Liria Ângela Andrioli³

Siomara Aparecida Marques⁴

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Soberania Alimentar; Vulnerabilidade Social;

INTRODUÇÃO

As mulheres têm desempenhado papel fundamental na construção de práticas agroecológicas, cultivando saberes e alimentos nos territórios, mesmo diante de uma invisibilização histórica. Nesse contexto, surgem ações essenciais que podem garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a exemplo das experiências como os quintais produtivos, descritos como um espaço de protagonismo feminino e diretamente vinculados à subsistência e à alimentação (Kempf, 2022).

Enquanto a SAN é definida legalmente como a garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Brasil, 2006), a soberania alimentar (SSAN), segundo definição construída pela Via Campesina (2001), refere-se ao direito que os povos têm de definir suas próprias políticas alimentares, priorizando a produção local e sustentável, com respeito às culturas, aos modos de vida tradicionais e ao papel fundamental das mulheres nos sistemas agroalimentares (Costa, 2021). Ambos os conceitos, entretanto, enfrentam a ameaça crescente de desastres climáticos, como

¹ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR, michel19@estudante.uffs.edu.br.

² Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR, luiza.araujo@estudante.uffs.edu.br.

³ Doutora em Educação nas Ciências, Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR, liria.andrioli@uffs.edu.br.

⁴ Doutora em Ciências Políticas, Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR, siomarques@uffs.edu.br.

enchentes, estiagens, ondas de calor, vendavais e tornados, cuja intensidade e frequência vêm aumentando e afetando diretamente a SAN.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a interface entre a SAN e as questões de gênero, com foco nos desafios enfrentados pelas mulheres em contextos de desastres climáticos. Para tanto, utiliza-se como estudo de caso o tornado que atingiu o município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, no dia 07 de novembro de 2025. A justificativa deste trabalho fundamenta-se na importância de discutir os impactos dos desastres climáticos e, sobretudo, no fato de o evento ter ocorrido no território de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul, reforçando o compromisso da instituição com a análise da realidade local.

Esta pesquisa ampara-se em uma abordagem metodológica bibliográfica e documental, de caráter exploratório, voltada à análise conceitual da relação entre gênero, SAN, soberania alimentar e desastres climáticos. O trabalho foi desenvolvido a partir da análise reflexiva de parte do referencial teórico do componente curricular “Sociologia do Ambiente Rural”, ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Não foram realizadas entrevistas ou outras formas de coleta de dados diretamente com mulheres atingidas pelo tornado. Assim, o estudo busca sistematizar elementos teóricos capazes de subsidiar futuras investigações empíricas sobre a realidade das mulheres diante de eventos climáticos extremos.

DESENVOLVIMENTO

No início do mês de novembro de 2025, o município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, localizado no centro-sul paranaense, com área total de 681,403 km² (IBGE, 2024), com cerca de 13.929 mil habitantes (IBGE, 2022), foi atingido por um tornado do nível F4 na escala Fujita, onde as consequências são consideradas devastadoras, com velocidade do vento estimada entre 332 km/h e 418 km/h (Balicki; Andrade; Hornes, 2020). Estima-se que os ventos na cidade de Rio Bonito do Iguaçu/PR, tenham chegado até 360 km/h, conforme laudo técnico do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), além dos danos em 90% da estrutura das casas, onde tanto a população da área urbana, quanto da área rural sentiram os impactos desse

evento climático extremo, onde 835 pessoas ficaram feridas e 07 foram vítimas fatais (Silva; Moraes; Cardoso, 2025).

O artigo de Balicki, Andrade e Hornes (2020), que analisa a gênese e o impacto das tempestades severas no Paraná entre 2013 e 2017, mostra como esses eventos se distribuem pelo território e reforçam a vulnerabilidade estrutural da região. Dentro deste cenário, como exemplo, destacam-se os municípios com maior recorrência de granizo: Campo Largo (5 episódios), Querência do Norte (6) e Rio Bonito do Iguaçu (6), onde individualmente, comparado com outros eventos climáticos, os tornados se mostraram mais agressivos na relação de óbitos e afetados.

Nesse contexto e diante do avanço global dos desastres climáticos, os impactos ambientais do agronegócio hegemônico evidenciam a necessidade de transição para sistemas alimentares mais resilientes baseados na agricultura familiar e agroecológica (Silva, 2025). Em Rio Bonito do Iguaçu/PR, esse modelo convencional se reflete em uma economia focada na produção de grãos em mais de 5.000 propriedades, no confinamento de bovinos e suínos em cerca de 3.500 e na atividade leiteira em 1.277 unidades (Rio Bonito do Iguaçu, 2021). Como consequência, dados do INPE, via Atlas do Desenvolvimento Humano (2017), revelam que a vegetação nativa ocupa apenas 24,18% do território municipal. Esse cenário converge com a crítica de Shiva (2002) de que as monoculturas nascem na mente antes de irem ao solo, impostas por um sistema de dominação que destrói a biodiversidade e degrada a terra.

Na perspectiva das mulheres rurais, (Paulilo, 2016) e Silva (2022) destacam que eventos extremos podem gerar desastres secundários graves para mulheres e meninas, tais como: o aumento da violência física e sexual devido à perda de moradia e subsistência; abalos psicossociais severos, sobretudo em grupos de baixa renda; restrição ao acesso a contraceptivos e itens de higiene básica; e a ocorrência de casamentos forçados em cenários de extrema vulnerabilidade, nos quais meninas são usadas como moeda de troca por alimentos. Esses elementos são apresentados, neste trabalho, a partir da literatura analisada e não como resultados de uma investigação direta com as mulheres atingidas pelo tornado de Rio Bonito do Iguaçu.

Silva (2022) salienta que, além de enfrentar esses tipos de violência, as mulheres também podem ter o acesso à educação negado, principalmente as meninas, que nesse contexto o retorno para as atividades escolares é barrado, com a finalidade que assumam

tarefas domésticas e de cuidado com os demais familiares. Além disso, são sujeitas a trabalhos precários, principalmente as mulheres pobres são forçadas pela sua condição socioeconômica que é agravada por eventos climáticos extremos, a aceitarem trabalhos informais e mal remunerados e em alguns casos atividades ligadas à prostituição. Adicionalmente, a autora aponta que o enfraquecimento da rede de apoio familiar provocado por desastres limita severamente as mulheres. A perda de vínculos essenciais devido a mortes ou falhas de comunicação impede a busca por fontes de renda e agrava a dificuldade de acesso a insumos fundamentais, a exemplo de água e alimentos.

Nesse cenário de agravamento da crise climática e aumento dos eventos extremos, a soberania alimentar emerge como uma alternativa concreta para fortalecer a resiliência socioambiental dos territórios. Costa (2021) argumenta que a soberania alimentar é formulada justamente “nos debates que têm por objetivo discutir os problemas inerentes às crises (climática, energética, ambiental, alimentar, social)”, situando-se como contraposição à insustentabilidade estrutural do sistema agroalimentar hegemônico, cuja lógica industrial é “ecologicamente insustentável e socialmente excludente”. Assim, conforme evidencia Costa (2021) as estratégias territoriais de abastecimento, moldadas por princípios agroecológicos, reforçam a capacidade de adaptação, diminuem a dependência de cadeias longas vulneráveis a desastres e reduzem o impacto climático sobre populações já submetidas a situações de vulnerabilidade socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um estudo inicial, de caráter exploratório, que estabelece bases analíticas para pesquisas futuras sobre soberania alimentar, gênero e Segurança Alimentar e Nutricional em contextos de eventos climáticos extremos. A partir da literatura analisada, observa-se que esses eventos podem aprofundar desigualdades de gênero, afetando as condições de trabalho, alimentação, renda, cuidado e acesso a direitos básicos. A soberania alimentar apresenta-se como uma perspectiva relevante para fortalecer a autonomia das mulheres e a resiliência dos territórios diante de situações de emergência.

Entretanto, como não foram realizadas entrevistas ou outras formas de coleta de dados diretamente com mulheres atingidas pelo tornado de Rio Bonito do Iguaçu, este estudo não permite identificar os desafios específicos vivenciados por elas. Dessa

forma, os resultados possuem caráter teórico-conceitual e evidenciam a necessidade de futuras pesquisas empíricas que investiguem as experiências, estratégias de enfrentamento e condições de acesso à alimentação das mulheres atingidas pelo desastre, contribuindo para aprofundar a compreensão das relações entre gênero, SAN e desastres climáticos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006.
- BALICKI, Marcos; ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; HORNES, Karin Linete. Gênese e impacto de tempestades severas no estado do Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 26, p. 479–497, 2020.
- COSTA, Joaquim Gonçalves da. **Soberania alimentar:** dimensões material, prático - político e utópica. 1. ed. - Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.
- KEMPF, Renata Borges. **Saberes e Fazeres de Mulheres Camponesas e Quilombolas nas Agriculturas:** Produzindo Formas de Resistências e Existências. 2022. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- PAULILO, Maria Igenz. **Mulheres rurais:** quatro décadas de diálogo. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU (PR). **Projeto técnico municipal aquisição de duas colhedoras de forragens e um botijão criogênico.** Rio Bonito do Iguaçu, PR: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://riobonito.pr.gov.br/uploads/files/a18709ed2db71cb2b817996b84ab9e04.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2025
- SILVA, André da; MORAES, Guilherme Cardoso de; CARDOSO, Andréia Fressatti. Justiça Climática e Eventos Extremos: Por Que Devemos Olhar para Rio Bonito do Iguaçu? Pensar a democracia | **Boletim Lua Nova - CEDEC**, 19 nov. 2025. Disponível em: . Acesso em: 1 dez. 2025.
- SILVA, Júlia Lopes. **Gestão de desastres no Brasil:** uma perspectiva de gênero. 2022. 347f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.
- SILVA, Rodrigo de Medeiros (org.). **Territórios em ruína: catástrofe, colonialidade e justiça socioambiental** [livro eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: Unisinos, 2025. E-book (PDF). Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2025/11/14/e-book-sobre-tragedias-socioambientais-dors-e-lancado-na-71a-feira-do-livro-de-porto-alegre/> . Acesso em: 02 dez. 2025.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (VCI). **Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria.** Havana, Cuba, September 7, 2001. Disponível em: http://www.movimientos.org/cloc/show_text.php3?key=1178. Acesso em: 01 dez. 2025.